

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVÍDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

##### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Tomazoni  
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silverio; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

###### SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

Presidente — Jorge Sato

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

###### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 65.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 6 de Junho de 1972 - 3.ª-Feira

Presidência do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, secretariada pelos srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes; Antonio Costa; Nelson Buffara; Ivo Tomazoni; Quielise Crisóstomo; Domicio Scaramella; Rosário Pitelli; Aginaldo Pereira Lima; Alvaro Dias; Antonio Belinati; Antonio Lopes Júnior; Antonio Maciel; Arizone Araujo; Armando Queiroz; Arthur de Souza; Basílio Zanusso; Borsari Neto; Cândido Martins de Oliveira; David Federmann; Emilio Carazzai; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; Igo Losso; João Fadel; João Mansur; Jorge Sato; Lázaro Dumont; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho; Nivaldo Kruger; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Paulo Camargo; Paulo Poli; Sebastião Rodrigues Júnior; Santos Lima e Wilson Brandão. (42); achando-se ausentes os srs. Deputados: Fuad Nacli; Luiz Roberto Soares; Mauricio Fruet; Pinto Dias e Xenofonte Villanueva (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**.

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 42 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n. 38-72, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 195-69, de autoria do sr. Deputado Ovidio Franzoni, fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Cianorte, um Ginásio Agrícola Estadual, para funcionar a partir de 1972. Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerra-se a discussão. Em votação, Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 7, quarta-feira às 14,00 horas com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

Discussão única — da Proposição n. 39-72.

Levanta-se a sessão.

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 66.ª Sessão Ordinária Realizada em 6 de Junho de 1972 - 3.ª-Feira

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara secretariada pelos srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes; Antonio Costa; Nelson Buffara; Ivo Tomazoni; Quielise Crisóstomo; Domicio Scaramella; Rosário Pitelli; Aginaldo Pereira Lima; Alvaro Dias; Antonio Belinati; Antonio Lopes Júnior; Antonio Maciel; Arizone Araujo; Armando Queiroz; Arthur de Souza; Basílio Zanusso; Borsari Neto; Cândido Martins de Oliveira; David Federmann; Emilio Carazzai; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; Igo Losso; João Fadel; João Mansur; Jorge Sato; Lázaro Dumont; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho; Nivaldo Kruger; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Paulo Camargo; Paulo Poli; Sebastião Rodrigues Júnior; Santos Lima e Wilson Brandão (42); achando-se ausentes os srs. Deputados: Fuad Nacli; Luiz Roberto Soares; Mauricio Fruet; Pinto Dias e Xenofonte Villanueva (5).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) Solicito, sr. Presidente, a retificação da Ata da Sessão anterior, nos seguintes termos: Que não falei "sugerindo o envio da matéria ao Tribunal de Justiça do Estado", mas sim discordar da forma com que foi apresentado o requerimento de autoria do sr. Deputado Erondy Silvério, na parte em que trata de matéria de competência do Tribunal de Justiça quando do seu pronunciamento no encaminhamento da votação do referido requerimento, na sessão de ontem.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a Ata, com a retificação do sr. Deputado Muggiati Filho. — **Aprovada.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da seguinte

**EXPEDIENTE:**

**REQUERIMENTOS:**

— de autoria do sr. Deputado Leopoldo Jacomel, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.s: 59-72 e 60-72.

— de autoria do Sr. Deputado João Mansur, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 28-72.

— de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n. 14-72.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER seja enviado ofício ao Senhor Engenheiro João D. Puppi, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem — DER, solicitando providências no sentido de que seja autorizado o funcionamento de um horário noturno para o expresso Nor-

deste, efetuar viagens entre a cidade de Cascavel e Maringá, trafegando por Cafelândia, Nova Aurora e Goioerê.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1.972.

a) ODILON REINHARDT.

**JUSTIFICATIVA**

O motivo que nos leva a apresentar o presente requerimento não é outro senão os insistentes pedidos que nos tem sido formulados por parte das cidades que viriam ser beneficiadas com tal concessão, bem como por parte da empresa interessada.

Por tratar-se de cidades contidas no roteiro que liga a região Oeste à região Norte Novo do Estado, e, ainda, por tratar-se de região que atravessa franco desenvolvimento, justifica-se plenamente tal pretensão o que virá sem a menor sombra de dúvidas trazer com tal medida grandes benefícios à população da região bem como acelerar seu desenvolvimento aumentando de maneira considerável o mercado de trabalho.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, à Casa, após ouvido o Plenário seja promovido por esta Presidência estudos visando a possibilidade de criação do Município de Douradina, desmembrado dos Municípios de Maria Helena e Umuarama.

A medida se justifica, Senhor Presidente, haja vista o insistente desejo da população local em se emancipar, já que a região comporta tal cisão, que viria em benefício de 26 mil almas que habitam o local.

Possui a região aproximadamente 4.500 eleitores e a sua produção está baseada em 3 milhões de pés de café além de uma grande abundância, onde o soja, com mecanização em larga escala. A pecuária está bem desenvolvida e a sede distrital possui energia da Copel. Dois hospitais e quatro médicos servem Douradina, além de escolas e outras benfeitorias.

São 20 mil alqueires pleiteados pela população local a serem desmembrados de Maria Helena e 5 mil do Município de Umuarama que formariam o novo Município, que se criado, fatalmente sofreria o progresso imediato pelas excelentes condições de subsistência.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1972.

(a) — ANTONIO BELINATI.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, requer que se oficie ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., solicitando a instalação de uma Agência do Banco do Estado, na cidade de Sertaneja.

2.º — Requer, ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência aos Poderes Municipais daquela comuna, incluindo cópia do presente.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1972.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

**JUSTIFICATIVA:**

Sertaneja é presentemente uma das cidades que mais tem prosperado na região Norte Paranaense. Centro produtor de grande intensidade contendo já com várias indústrias, tem entretanto o sustáculo maior na agricultura, dado a fertilidade de seu solo e a exuberância de suas terras.

As estatísticas provam o elevado índice de produtividade.

A ausência de uma Agência local do Banco Oficial do Estado tem trazido inúmeras dificuldades, uma vez que o estabelecimento tem dado excelente cobertura aos agricultores e comerciantes, notadamente a atual Diretoria que vem adotando medidas de alto interesse aos senhores produtores. É bem verdade que os financiamentos são feitos em agências próximas o que além de mais dificultosos desviam do Município e região a movimentação do dinheiro. Os Poderes Constituídos, o comércio, a indústria e a lavoura estão unidos nessa reivindicação que marcará definitivamente o grande desenvolvimento do Município.

O Senhor Prefeito Municipal e a egrégia Câmara de Vereadores já colocaram à disposição da Diretoria do Banco do Estado do Paraná S.A., um excelente lote de terras, com uma localização privilegiada para facilitar a construção e instalação da futura agência.

Certo de que a concretização do empreendimento está perfeitamente enquadrada dentro dos objetivos do Banco é que enviamos ao ilustre Senhor Ewald Vita, Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., a presente solicitação.

**PROJETO DE LEI:**

**Projeto de Lei n. 74-72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para um terço dos vencimentos de Secretário de Estado, a pensão mensal concedida a Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do ex-Governador Caetano Munhoz da Rocha.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1972.

(a) EMILIO CARAZZAI.

**JUSTIFICATIVA:**

O presente plano de lei, visa assegurar à viúva de ex-governador do Estado, uma pensão compatível com a condição social que ocupou seu espólio no Estado, por dois quatriênios.

Seria ocioso inumerar os grandes benefícios que o ex-Governador Dr. Caetano Munhoz da Rocha, prestou ao Estado do Paraná, cuja rede de assistência social atesta a operosidade do seu Governo, a par de outras grandes realizações em obras públicas que estão aí a testemunhar a proficuidade do seu Governo.

É indiscutível a oportunidade e a Justiça do presente Projeto de Lei, pois assim terá o Poder Público feito "A Justiça de Deus na Voz da História".

**Projeto de Lei n. 75-72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Piquiri, na estrada que liga o Município de



Umuarama a Cascavel, passando por Perobal, Alto Piquiri, Brasilândia e Assis Chateaubriand.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1.972.

aa) MARCIANO BARANIUK — ODILON REINHARDT.

#### JUSTIFICATIVA

A estrada a que se refere o presente plano de lei recebe um movimento diário de aproximadamente setecentos veículos. E, na época da safra chega a atingir até mais de mil veículos diários.

Todavia, apesar desse tráfego intenso, a transposição do Rio Piquiri é realizado através de uma balsa, o que ocasiona filas enormes, provocando o congestionamento de veículos que ali ficam esperando por várias horas. Por vezes, leva mais tempo para atravessar o Rio Piquiri do que percorrer toda a estrada.

Face o exposto, estamos certos que poderemos contar com a colaboração dos nobres pares na aprovação da proposição que ora submetemos à apreciação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. Deputado Paulc Poli. Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao sr. Deputado Antonio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR. — Sr. Presidente, srs. Deputados. Felou-se durante muito tempo na valorização dos Legislativos, valorização de todos os Legislativos. A começar pelas Câmaras Municipais que constituem efetivamente a paz do edifício nacional, as Assembleias Legislativas, a Câmara dos Deputados e o Senador da República.

No entanto, é preciso que haja uma comunhão de esforços de todos os integrantes de todos os Legislativos para que os legislativos se valorizem. A busca de novas atividades para o Legislativo é constante e quando surgem novas atividades nos Legislativos, é preciso que este tenha, efetivamente, o acatamento e a vontade de colaborar de todos os seus integrantes que dêem colaboração e ajuda constantes.

Não faz muito tempo, assistindo a uma palestra, ouvi uma frase que me repugnou profundamente. O palestrista dizia que enquanto os políticos falam sobre trabalho. Como se nas Casas Legislativas não se trabalhasse não se estudasse, não se meditasse e não se realizasse uma grande obra. E isto porque naturalmente, pela falta de conhecimento, realmente do que ocorre dentro das Casas Legislativas.

O Deputado Célio Borja que aqui esteve neste Plenário a nosso convite para falar sobre uma possível reforma dos Legislativos, afirmou que os Legislativos valem o que valem, os seus integrantes. Esta frase diz tudo o que realmente acontece no Legislativo.

Não podemos esperar que outros venham valorizar o nosso trabalho, preciso que nós mesmos o valorizemos.

São informações distorcidas ou falta de informações que impedem se saber o que ocorre nos Legislativos.

Tudo por exemplo há muito tempo pela valorização das Comissões Técnicas. Isto parece ser a tônica da Revolução que na pretensão de modernizar o Legislativo brasileiro, quer dar uma atividade diferente às Comissões Técnicas. Valorizar as Comissões, pois é o grande trabalho dos Legislativos em todos os setores. Porque é dentro das Comissões que o parlamentar de qualquer grau mostra a sua capacidade de trabalho, a sua dedicação à causa pública, o seu estudo e a produção de um grande trabalho. É preciso que estas reuniões das Comissões Técnicas tivessem uma divulgação mais ampla silêncio e no anonimato. E é no silêncio e no anonimato que as Comissões Técnicas, para que todos saibam que nas Comissões é que se produz o trabalho legislativo. Mas, infelizmente, as Comissões trabalham e agem no silêncio e no anonimato. E é no silêncio e no anonimato que as Comissões Técnicas de todos os Legislativos, vem construindo um grande trabalho. Tivemos, não faz muito tempo nesta Casa, a presença do sr. Secretário de Educação e Cultura, S. Exa. veio a convite da Comissão Técnica de Educação desta Casa. Foi a primeira vez que um Secretário compareceu a uma Comissão Técnica; foi a primeira vez que os Deputados, componentes de uma Comissão tiveram a oportunidade de discutir de aplainar dificuldades de mostrar o que está errado o que está certo; e o resultado dessa reunião foi positiva; tanto para o Poder Executivo como para o Legislativo. Nós queremos mostrar que o nosso desejo seja debatendo, aplaudindo, não pelo simples fato de ser contra ou ser a favor mas o desejo sincero de construir, o desejo sincero de dar a nossa colaboração, porque aqui existem técnicos também, Deputados que têm conhecimento de todos os assuntos e que poderemos dar uma efetiva colaboração a todos os órgãos do Poder Executivo.

No entanto, sr. Presidente, srs. Deputados, tivemos o desprazer de ver embora tivesse a colaboração de todos os Deputados desta Casa, que não houve efetivamente uma divulgação correta uma divulgação ampliada, realística, da amplitude da grandiosidade daquela reunião em que os Deputados, especializados que desejam verdadeiramente colaborar pelo ensino do Paraná discutiam tanto com o sr. Secretário, como com os srs. Técnicos que o acompanharam. E, nos trabalhos ali realizados e debatidos muita coisa boa surgiu para o ensino paranaense; o Conselho Superior do Magistério, por exemplo, um organismo que está paralisado há vários anos, não sei por que motivo, trouxemos à baila e o sr. Secretário de Educação prometeu de tomar as providências e já está tomando para que este Conselho venha a funcionar efetivamente.

A solução para o caso de Diretoras de Estabelecimento que têm mandado, foi debatida e está sendo encaminhada para a solução.

O cumprimento de disposição legal no que se refere a convênios para que venham ao Poder Legislativo para sua ratificação; o quadro especial de professores, para excepcionais, não se pode conceber no instante em que todo o Brasil está motivado para a criança excepcional, para que tenha escolas e bons professores; não existe um quadro especial para professores de excepcionais. Na hora em que fazem o concurso, todos os professores fazem o concurso do mesmo modo. No entanto, o professor que passa, um ano e dois anos, se especializando, tem que fazer o concurso comum juntamente com outros professores e muitas vezes, pode até ser reprovado, quando ele tem condições extraordinárias para ocupar aquele cargo para o qual se preparou especialmente.

O quadro especial das zeladoras está em formulação e também aborda-

mos um assunto e de mais alta importância que é dos professores suplementaristas também foi debatido.

Na realidade, não poderemos esquecer o nome, o trabalho, a dedicação de professores suplementaristas, que tantos e tantos anos por este Paraná agora vem lecionando vem formando muitos dos que hoje são professores licenciados; são médicos, são advogados, são dentistas e estão espalhados por todo o mapa do Estado do Paraná a dar a sua contribuição para a grandeza do Estado. Muitas vezes além de professores suplementaristas são médicos, são advogados, são dentistas, são professores também, que não fizeram concurso mas que têm grande competência estando a cinco, seis, oito e dez anos lecionando.

Esta gente precisa amparo do Estado e a Secretaria de Educação, motivada por esta reunião que a Assembleia Legislativa do Paraná realizou através de sua Comissão Técnica, está estudando o assunto e debatemos o problema de bolsas de estudos que não foram ainda pagas e quero informar à Casa que este assunto é de mais alta importância para a valorização do Legislativo.

O primeiro requerimento surgiu na Câmara Municipal de Curitiba, através do Vereador Enéas Faria. Aprovado o requerimento, veio à Comissão Técnica de Educação da Assembleia Legislativa. A Assembleia, verificando a procedência e a necessidade do assunto que os Vereadores da Capital debateram, estudaram e aprovaram tomou a si a tarefa e, nesta reunião, conseguiu que o Sr. Secretário encaminhasse o assunto para que sejam pagas as bolsas de estudo.

Sr. Presidente, quero informar, na qualidade de Presidente desta Comissão, que já encaminhei expediente ao Ministro Jarbas Passarinho para que a Comissão Técnica de Educação desta Casa tenha um encontro com S. Exa. o Ministro de Educação, em Brasília, em audiência, ou numa sua visita a esta Casa.

Dentro de algum tempo teremos a oportunidade de levar ao encontro do Sr. Ministro de Educação, a Comissão Técnica desta Casa.

E mais um trabalho de valorização do Legislativo, através da valorização das Comissões Técnicas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Viajava no fim da semana passada e deparei com um artigo em um dos jornais de grande penetração nacional. Dizia aquele órgão da imprensa, que existe na Bancada Federal do Paraná um grupo de Deputados da situação, um grupo de nove Deputados, que não está de acordo com a atual situação política apregoada no Paraná, onde, segundo aquele jornal e segundo afirmação deste grupo, o Estado vive apenas sob duas lideranças — Ney e Paulo ou Paulo e Ney.

E tece aquele órgão uma série de considerações entre outras a de que, tendo em vista o intuito da Revolução em não permitir que os ex-Governantes retornem aos cargos que já ocuparam como primeiros mandatários, não viam, aquele órgão da imprensa e aqueles Srs. Deputados, o porquê desta liderança.

Sr. Presidente, não tenho absolutamente procuração de S. Exas. Ney Braga e Paulo Pimentel mas me coloco frontalmente contra este ponto de vista. Assim o digo porque liderança não se fabrica. Liderança é aquilo que surge do contato popular, aquilo que surge da confiança que o povo deposita em seus líderes. Porque, segundo o nosso entender, um eleitor quando se dirige a uma cabine indecifrável para depositar seu voto, ele está ali transferindo um direito a alguém, transferindo uma mensagem de confiança, de amizade, de esperança, além do voto vai algo mais, um pouco de calor humano, de amizade, de confiança. E é isto que faz com que um homem se torne líder. Então, essas lideranças que temos no Paraná, embora não se negue que possam surgir novas lideranças, são lideranças autênticas. Porque, vemos, por exemplo no Senador Ney Braga, um líder nato tanto assim que conquistou a 1.ª Secretaria do Senado da República. Então, considerarmos que essa liderança seja uma condição pessoal. E isso nós temos que ressaltar.

Temos também o caso do Sr. Paulo Pimentel, cuja liderança, cresceu dentro é fora do Governo. Se, amanhã, for Deputado Federal, temos certeza que será dentro da Câmara Federal, um Líder; se for Deputado Estadual, também continuará sendo um Líder. É uma condição pessoal não é uma condição fabricada. O Líder adquire a confiança de seus liderados, de seus comandados.

Portanto, acho que esse órgão prestigioso da imprensa que publicou esse artigo procedeu bem. Embora, pareça que esse artigo, que essa notícia, é fabricada, é de encomenda.

Quero neste instante, render, desta Tribuna, meu preito de gratidão, meus votos de satisfação e de congratulações a estes grandes Líderes do Paraná: Senador Ney Braga e Sr. Paulo Cruz Pimentel. E não vejo porque a ARENA que está tão carente de lideranças o Partido majoritário que tanto fala de lideranças, apregoa seu desejo de se manter nessa posição, possa colocar contra esses dois líderes.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, também tive oportunidade de ler essa notícia, com a qual não concordo. Dizia aquela notícia e aqueles Deputados aos quais V. Exa. fez referência, que tinham a impressão que a parte política do Paraná estava completamente parada. E parecia que esses dois líderes do Paraná: Ney Braga e Paulo Pimentel, continuavam ainda fazendo incursões junto ao povo do Paraná, dando a impressão que o Governador Pedro Parigot de Souza estava por fora, estava alheio ao processo político de nosso Estado. O que não é verdade. O atual Governador assumiu as rédeas do Governo e o fez de cabeça erguida, com altivez, e lealmente o fez trazendo para junto de si esses dois líderes do Paraná a fim de que realmente a ARENA se torne um Partido forte.

De modo que achamos louvável a atitude do Sr. Governador do Estado em assim procedendo, comandando todos os líderes para juntos trabalharem para o engrandecimento de nosso Estado.

Está de parabéns o Sr. Governador do Estado que conclamou Ney Braga e Paulo Pimentel, que são, indiscutivelmente, dois grandes líderes, mas S. Exa. tomou as rédeas do comando político de nosso Estado. Assim, juntos trabalharão para a grandeza de nosso Estado.

Meus cumprimentos pelo pronunciamento de V. Exa. nesta tarde, nobre Deputado.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado João Mansur, V. Exa., neste aparte está antecipando o desfecho de meu pronunciamento. Exatamente, é este meu ponto de vista, nobre Deputado João Mansur. Como vê V. Exa., é essa somatória de esforços, essa união de lideranças, que traz o engrandecimento do Partido. Nós vemos em todos os recantos do Paraná, lideranças em maior ou menor escala, cujas lideranças, cuja união, traz harmonia dentro do seio arenista.



Nós vimos aqui a convenção da ARENA, todos somados, todos unidos, o Governador Parigot de Souza, como já disse, com toda sua liderança o Senador Ney Braga o ex-Governador Paulo Pimentel. Assim como também nesta Casa temos visto partilhar em todos os instantes, — porque não dizer, e é bom que se diga — V. Exa. que tem uma liderança própria, que tem sido o depositário da confiança da Bancada marojitória reiteradas vezes. Essa liderança surgiu da confiança que V. Exa. fez com que nós tivéssemos em sua pessoa.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PAULO POLI — Dentro da Bancada da oposição, vemso, por exemplo Nivaldo Krüger, que é um líder; ns vemos na jovem guarda, esse jovem de Londrina, a quem em seguida vou conceder o aparte solicitado, que também é um líder. Cada um no seu setor, cada um a seu modo, mas que são necessários ao exercício da democracia.

Não vejo porque nobre Deputado, sufocar injustamente essas lideranças, e não vejo como. Vejo, isso sim, até um perigo para o Revolução porque isso seria um retrocesso, seria retroagir querer sufocar lideranças que surgiram no seio do povo.

Concedo o aparte ao jovem nobre Líder a quem já me referi.

O Sr. Alvaro Dias — Muito obrigado. Embora esse caso específico seja único e exclusivamente um problema da ARENA, não podia neste instante deixar de expressar meu pensamento a respeito. Vemos esse episódio como reflexo da vontade do regime vigente no País, ou seja, asfixiar as lideranças e limitar cada vez mais o poder político. Não só asfixiar as lideranças existentes como impedir o surgimento de novas lideranças. Pelo menos as atitudes, as demonstrações do regime vigente fazem com que cheguemos a essa conclusão. E, neste instante, cumingo com o pensamento de V. Exa. É um crime querer liquidar com lideranças, como é crime também impedir o surgimento de novas lideranças. Liderança não se apresenta, liderança não se empresta, liderança se conquista através da demonstração do valor pessoal que conquista a opinião pública. Por isso, nobre Deputado, embora a liderança em foco seja não de meu Partido, mas da Bancada situacionista, vejo nessa notícia como uma tentativa de asfixiamento de lideranças. E toda tentativa de asfixiamento de liderança terá sempre a nossa oposição. Seja essa liderança do nosso Partido ou do Partido da situação. Por isto, neste instante, cumprimento V. Exa. pela oportunidade de seu pronunciamento.

O SR. PAULO POLI — Muito obrigado, Deputado Alvaro Dias. Agradeço imensamente o brilhante aparte oferecido por V. Exa. Muito embora estejamos em campos diferentes de atuação não é a primeira vez que me solidarizo com o pensamento do nobre Deputado. Estou plenamente de acordo com V. Exa.

Os homens acharam imperfeições no próprio Criador quando pela terra passou. Portanto, a própria Revolução deve ter seus ângulos, suas facetas imperfeitas. Talvez, tudo isto seja um dos ângulos negativos da Revolução. Nós temos ainda o direito de usar esta Tribuna a fim de criticar aquilo que está errado. Já por várias vezes, assomamos esta Tribuna para exaltar o que achamos certo, mas também, como é o caso de hoje, aqui estamos para criticar aquilo que achamos errado.

Esta tentativa de se tornar ineleigíveis os que foram Governadores de Estado acho um tanto quanto violenta e brutal. Todo o cidadão que esteve num cargo público como este que deixou uma ótima folha de serviço não pode receber esta cassação, porque, de certa forma, é uma cassação. A ineleigibilidade dos ex-Governadores é uma cassação. Assim, estaremos cometendo uma barbaridade, uma injustiça àqueles a quem devíamos dar um prêmio por terem sabido se conduzir em sua elevação função.

Fala-se em renovação, em juventude. Tanto Paulo Pimentel, como Ney Braga são jovens, estão na plenitude de sua saúde, não são homens de idade avançada e estão em condições de exercer qualquer cargo público.

A notícia, sem dúvida nenhuma, é maldosa porque não posso acreditar que na Bancada federal do Paraná encontrem-se nove nomes; sei de um, mas não vou dizer seu nome porque a notícia não citou, mas, duvido que dentro da Bancada federal encontrem-se nove nomes. Como já disse, que tenham este ponto de vista. Digo que duvido porque a Bancada federal é uma Bancada atuante, brilhante e composta de homens independentes e que defendem a democracia e o direito de exercê-la. Não vejo como pudessem se agrupar várias figuras de representação popular em torno de uma tese tão antipática e tão ditatorial.

Este o nosso ponto de vista no que tange ao assunto que focalizei. Quero deixar registrado aqui, mais uma vez, meu aplauso a esses Líderes, ao eminente Líder da nossa Bancada e a todos aqueles que nos apartearam. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Mesa registra, com satisfação, a presença neste Plenário, do Dr. Edgard Virmonde Arruda, ilustre Vereador da Câmara Municipal do próspero Município de Guarapuava, representado nesta Casa pelo nobre Deputado Nivaldo Krüger.

Não havendo mais oradores inscritos, encerra-se a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Projeto do de Lei de autoria do Sr. Deputado Emílio Carazzai, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoio. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoio. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Pasaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/70, de autoria do Dep. Ovídio Franzoni, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino com sede na cidade de Rondon, com jurisdição nos Municípios que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 2/71, de autoria do Dep. Muggiati Filho, dá nova redação ao artigo 1.º da Lei Estadual n.º 5.410, de 20 de outubro de 1966. — Parecer favorável da C.C.J. com SUBSTITUTIVO GERAL. — Aprovado pelo substitutivo.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 18/72, encaminhando anteprojeto de Lei que institui a Fundação Instituto Agronômico do Paraná (FUNDAÇÃO IAPAR), com sede e foro na cidade de Londrina e vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — COM EMENDA — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para discutir, ao Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, ao solicitar vistas deste Projeto, para discuti-lo, o faço com a única intenção de obter informação a respeito da Emenda que ora se discute, apresentada a este Projeto, que já deveria estar, há muito tempo, aprovado.

Como é do nosso conhecimento e do conhecimento também desta Casa, dos recursos para o funcionamento do Instituto Agronômico do Paraná encontrarem-se à disposição do Órgão Executivo que o aplicará, há mais de dois anos esta Emenda traz o Parecer da Comissão de Justiça. (Lê): —

“Trata a espécie da instituição da Fundação do Instituto Agronômico do Paraná, com sede e foro na cidade de Londrina, dando-se-lhe configuração de pessoa jurídica de Direito Público etc etc”.

No entanto, a matéria contida no artigo 18 do Projeto passará a ter a seguinte redação: “Os recursos remanescentes do convênio celebrado em 29 de julho de 1.970, entre o Instituto Brasileiro do Café, através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) e o Governo do Estado do Paraná, constituem receita da Fundação, nos termos do artigo 3.º, inciso IV, desta Lei”.

Sr. Presidente, consulto à Mesa, à Comissão que deu o parecer ou algum membro da Comissão de Justiça para que por obséquio preste informações a respeito da necessidade desta Emenda.

O SR. PRESIDENTE — Existe uma série de considerações que vou solicitar ao Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura da Emenda, que não modifica a redação do Projeto, mas apenas aprimora, no meu entender, a redação do Projeto.

O Sr. Secretário — (Lê):

“Art. 18. Os recursos remanescentes do convênio celebrado em 29 de julho de 1.970, entre o Instituto Brasileiro do Café, através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) e o Governo do Estado do Paraná, constituem receita da Fundação, nos termos do art. 3.º inciso IV, desta Lei”.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, realmente há necessidade de adaptação proposta pela Comissão de Legislação e Justiça desta Casa para que, de uma vez por todas, o Estado possa auferir as vantagens destes recursos. Recursos de grande monta que desde 1.970 estão à disposição do Governo do Estado, que de lá até aqui deixaram de ser utilizados com gravíssimos prejuízos para a economia estadual, e a agricultura estadual.

Pois este instituto é o primeiro a ser instalado nos últimos anos na Região Sul do País, o mais antigo Instituto Agronômico de Campinas. A carência de pesquisas neste campo é do conhecimento geral. Quero aproveitar a oportunidade, Srs. Deputados, para defender de certa forma, o Legislativo Estadual. É muito comum debitar-se à conta da Assembleia Legislativa, a morosidade da sua máquina burocrática, a demora na tramitação de Projetos de Leis. Entretanto, este prejuízo é fácil de se avaliar, bastando fazer-se uma comparação entre a inflação nestes últimos dois anos e o montante de recursos paralisados à disposição do Estado, sem utilização que vai da ordem de quase 50%, uma vez que a inflação anda por volta de 25% ao ano. Este prejuízo dado ao Paraná é de única e exclusiva responsabilidade do Executivo, de certa forma, do próprio Partido de situação que num descuido, permitem que o Paraná tenha prejuízo. Não acredito que o povo paranaense esteja em condições de suportar abusos praticados pelos seus governantes. Não creio que o esforço da nossa gente, autorize um Governo tratar com tanto descaso o erário estadual. E aqui levanto a minha voz em nome do povo que represento, protestando contra o descaso do passado.

Foi preciso o Sr. Parigot de Souza assumir o Governo e tomar conhecimento da existência desses recursos, propondo à Fundação para que o Paraná pudesse ver em funcionamento o Instituto Agronômico do Estado. Este Instituto prestará grandes, relevantes serviços ao Estado do Paraná, ao Brasil. Creio que, por parte do Legislativo, este Projeto terá a aprovação e quero me manifestar favorável à Emenda, desde já e pela urgência de aprovação desta matéria.

Assim, Srs. Deputados, fica o nosso registro, o nosso protesto contra o descaso com que matéria de tamanha importância foi tratada pelo Executivo Paranaense. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A importância da matéria que aprovamos em data de hoje, faz com que compareçamos a esta Tribuna. O atraso verificado até esta aprovação, que nos deixa um tanto revoltados e apreensivos, é esquecido, diante do atraso, a grandiosidade da obra que ora se implanta no Município de Londrina, para atender todo o Estado do Paraná. A importância do Instituto Agronômico do Paraná, com sede em Londrina, atinge proporções descomunais. O Paraná é um Estado eminentemente agrícola; a agricultura se constitui até hoje e se constituirá, ainda por muito tempo, em suporte econômico do nosso Estado. E estamos atravessando uma fase em que assistimos o surto desenfreado da ferrugem, atingindo os nossos cafeeiros, além de outras pragas; intempéries, além de “desgovernos”. Estamos assistindo a uma fase de descapitalização de nossa agricultura e o nosso Estado corre sério risco de apear-se economicamente, caso não procure de imediato o desenvolvimento do aperfeiçoamento técnico de sua produção agrícola.

Até aqui a fertilidade do solo, a riqueza de nossa terra, suplantou todas as deficiências, as intempéries, as pragas e os desgovernos. Mas hoje estas deficiências começam a colocar em risco a fertilidade de nosso solo e, dentro desta análise, chegamos a uma única conclusão — a necessidade imediata do aperfeiçoamento técnico. O Instituto Agronômico do Paraná, com sede em Londrina, deve se constituir num centro de formação, de análises e estudos, de pesquisas, de informações e de planejamento da agricultura.

A agricultura, na fase atual, não pode ter como sua bandeira, a improvisação. Hoje há necessidade de muita análise e muito planejamento na agricultura. Não podemos mais nos utilizarmos da célebre frase “em se plantando tudo dá”. Hoje nem tudo que se planta traz frutos. Há necessidade da técnica para separar as deficiências e o homem deve fazer uso de sua inteligência para lutar contra estas deficiências, sabendo aproveitar todos os recursos disponíveis e toda a potencialidade possível e imaginável.

Aprovamos hoje, em terceira discussão, projeto que dá existência legal ao Instituto Agronômico de Londrina e, a partir de agora, poder-se-á utilizar a verba depositada no Banco do Brasil, Agência de Londrina, que lá está há algum tempo, esperando a aprovação deste Projeto.

Este Instituto Agronômico, como já dissemos, chega tarde, está atrasado e precisa de uma dinamização em sua edificação para que venha servir à agricultura do Paraná, sobretudo a do Norte do Estado.

Sr. Presidente, em relação à Emenda que se apresenta, nada temos em contrário, pois nada transforma, nada modifica no contexto deste projeto, embora entendamos, pessoalmente, não haver necessidade desta Emenda uma



vez que o convênio a que se refere já foi aprovado. A Assembléia ratificou, há poucos dias, o convênio entre o IBC — GERCA e o Estado do Paraná.

De qualquer forma louvamos a intenção da Comissão de Constituição e Justiça ao procurar corrigir a deficiência. Na época, era deficiência, hoje deixa de ser porque já foi ratificado, há poucos dias, por este Legislativo.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado Alvaro Dias, ao que parece V. Exa. está incorrendo em equívoco. Realmente, a Mensagem fala, no artigo 18 ou 19, que ficava ratificado um Convênio entre o IBC — GERCA e o Governo do Estado. Foi preciso que se apresentasse um requerimento corrigindo, porque este Convênio não foi apreciado, ele se encontra na Comissão de Finanças. Já foi apreciado na Comissão de Justiça e, no momento, se encontra na Comissão de Finanças para receber parecer: O Plenário ainda não se manifestou.

De modo que podemos ratificar uma coisa que não havíamos notado ainda. Agora com a nova redação que está se procurando dar desaparece essa falha e a Assembléia irá votar esse convênio do Governo do Estado.

O SR. ALVARO DIAS — Nobre Deputado, houve, realmente, um engano. Houve ratificação de outro convênio e nós confundimos com este. A Assessoria da Casa acabou de nos informar que não houve ratificação deste convênio.

Dessa forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, manifestamos a nossa satisfação ao vermos, neste instante, a aprovação de um Projeto de Lei de uma importância extraordinária de uma grandiosidade descomunal, porque, sem dúvida alguma, oode não apresentar sua grande importância neste instante. Mas, ao fazermos uma análise mais profunda, verificamos as finalidades e os objetivos deste Instituto Agrônomo e chegaremos, sem dúvida, à conclusão de que ele trará benefícios incontáveis a nossa economia e será suporte valioso para a agricultura do Paraná.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que esse convênio não foi apreciado pelo Plenário, mas já está em condições de vir à Ordem do Dia. E a Presidência já tomou providências nesse sentido.

Continua em discussão o Projeto de Lei 50/72. Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135/71, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º Ciclos, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175/71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, fica criado um Colégio Comercial, na sede do Município de Dr. Camargo, para funcionar no ano letivo de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — COM SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado pelo substitutivo, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107/71, de autoria do Dep. Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Engenheiro Beltrão, o lote n.º 45-E, com 4,70 hectares, seção Água Grande da Gleba Rio Mourão naquele Município. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 107/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Engenheiro Beltrão, o lote de terras sob n.º 45-E, com 4,70 hectares, Seção Água Grande da Gleba Rio Mourão, situado na zona rural do referido Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1971.

a) — Dep. Armando Queiroz de Moraes

#### JUSTIFICATIVA:

O lote de terras em questão está situado na zona rural do Município de Engenheiro Beltrão, ao lado de pequeno aglomerado urbano, denominado "Distrito de Sussui". Região de terra roxa, apresentando extrema dificuldade para se obter água potável, através de poços, face à consistência rochosa do subsolo. Em virtude desse problema, a Prefeitura providenciou, construiu e pôs em funcionamento serviços de água encanada.

Os mananciais constantes de minas, estão localizados exatamente na área, cuja doação se pretende alcançar com a medida ora proposta. Tem o alcance de garantir supimento constante, ao abrigo, de qualquer outra destinação, que por ventura, se queira dar à área referida. Dando ainda condições de se melhorar os serviços, com benfeitorias outras que pretendam implantar.

Sendo esta uma aspiração do município de Engenheiro Beltrão, solicito o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa, para a aprovação do presente plano de lei:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 107/71

AUTOR: Dep. Armando Queiroz de Moraes

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Engenheiro Beltrão, o lote n.º 45-E, na forma e como específica".

#### PARECER

1.) O Projeto em referência vem articulado e devidamente justificado, nos termos em que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) Referida iniciativa não apresenta qualquer óbice, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor.

3.) Assim sendo, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

aa) — Muggiati Filho — Presidente (em exercício)

Odilon Reinhardt — Relator

Sebastião Rodrigues Júnior

Borsari Netto

Cândido Martins de Oliveira

Armando Queiroz

Emílio Carazzai

Gilberto Carvalho

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 198/71, de autoria do Dep. Acyr José, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Desembargador Antonio de Paula", a Estabelecimento de Ensino de Grau Médio, sediado na Capital do Estado do Paraná. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 198/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Desembargador Antonio de Paula", o estabelecimento de ensino de grau médio, sediado na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17-9-71

a) — Dep. Acyr José

#### JUSTIFICATIVA:

Sempre entendemos que os estabelecimentos de ensino devem ser denominados com nomes de cidadãos que, pela exponência de sua atuação perante seus contemporâneos possam se constituir em exemplo para a mocidade que frequenta os bancos escolares e que deve vê-lo, no patrono de sua escola, um incentivo ao estudo e uma motivação dinâmica para que busque na aquisição de conhecimentos o instrumental de trabalho com que ajudará a construir o futuro da Pátria comum.

Antonio de Paula, Magistrado e Professor por vocação irresistível, mas que também ocupou com brilho, honra e dignidade outros postos na administração pública estadual, aos quais foi chamado pelo brilho de sua cultura jurídica e humanista, é bem um desses nomes privilegiados que servem de exemplo aos pósteros, já que toda sua vida foi um dedicar-se contínuo e integral à elevação dos princípios da ordem moral e religiosa que regem a existência das comunidades.

Antonio de Paula, Chefe de Polícia, Procurador Geral do Estado, Corregedor da Justiça e Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, soube ser sempre aquela figura luminosa e iluminada que cultuava o direito, que cumpria a lei, que aplicava a lei, que fiscalizava a lei e que, unido no espírito dessa lei, soube fazê-la prevalecer sempre, mesmo nas condições difíceis com que então eram exercidos aqueles elevados cargos públicos e nos quais, não raro, se exigia do titular muito mais a posição cômoda da concordância despersonalizante do que a bravura moral de opor-se a situações normalmente repelidas pela consciência de um homem de bem.

Antonio de Paula, pai e chefe de família, sempre soube ser o exemplo do cidadão dedicado aos seus e zeloso guardião da unidade e de moral familiar, projetando-se na sociedade como figura ímpar na dignidade de seu comportamento social.

Antonio de Paula como homem de fé, soube dar consequência à doutrina cristã e, através da Ordem Terceira de São Francisco e da Ordem dos Vicentinos, as quais pertencia, foi veículo de mitigação de dores e alívio de sofrimentos de inúmeros semelhantes, atitude que mais avulta por ter sido ela sempre concretizada no anônimo, condição exigida pelo espírito superior daqueles que, em favor dos outros, só querem dar de si, sendo esta sua maior recompensa.

Não direi mais, porque a personalidade de Antonio de Paula, na multiplicidade de seus aspectos positivos é por demais exuberante para que caiba na descrição sem brilho de quem bem poucos cabeais possui para fazer justiça àquela vida de escôl.

Entendo, porém, que os nobres Deputados bem puderam, através deste rápido bosquejo, visualizar a oportunidade de meu Projeto de Lei e, assim, tenho que o mesmo merecerá o honroso apoio de meus ilustrados Pares.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 198-71

Autor: — Dep. Acyr José

Súmula: — Autoriza o Poder Executivo a denominar "Desembargador Antonio de Paula" a estabelecimento de ensino de grau médio, sediado nesta Capital".

#### PARECER

1) — A supra referida iniciativa vem articulada e justificada, atendendo, desta forma, o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Referida Proposição nada mais é do que simples autorização legislativa, e pela sua própria natureza, não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto à sua oportunidade, nada a opor.

3) — Nestas condições, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

(aa.) Muggiati Filho — Presidente (em exercício)

Odilon Reinhardt — Relator

Armando Queiroz

Sebastião Rodrigues Júnior

Emílio Carazzai

Borsari Netto

Cândido Martins de Oliveira

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 215-71, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio "Oswaldo Palhares", de Tamarana, Município de Londrina, pertencente a campanha Nacional dos Educandários Gratuitos e dá outras providências. — Parecer Condiário da C.C.J. — Aprovado o parecer, rejeitado o projeto.

#### Projeto de Lei n.º 215-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio "Oswaldo Palhares" do Distrito de Tamarana, no Município de Londrina, pertencente à Companhia Nacional de Educandários Gratuitos.

Art. 2.º — O Governo do Estado regulamentará, através de decreto, as normas para execução desta Lei, assim como determinará as providências que se fizerem necessárias.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

(a) Dep. Alvaro Dias

#### JUSTIFICATIVA:

Construído através da cooperação comunitária, o Ginásio "Oswaldo Palhares" se constitui, hoje, em realidade educacional de grande valia para um centro rural como é o distrito de Tamarana. Nem por isso, contudo, deixa de ter um sério de dificuldades para o seu funcionamento completo. Problemas de ordem financeira o assoberba constantemente. O Estado tem, constitucionalmente, o dever de dar assistência educacional ao povo. Em nosso entendimento, a estadualização do Ginásio "Oswaldo Palhares" é a solução encontrada. É esse, também, o pensamento dos moradores daquele progressista distrito, que esperam, neste sentido, o apoio e compreensão de nosso Legislativo e das autoridades executivas estaduais.



# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 215-71

Autor: — Dep. Alvaro Dias.

Súmula: — Autoriza o Poder Executivo a Estadualizar o Ginásio "Osvaldo Palhares", de Tamarana, Município de Londrina.

## PARECER

Muito embora a justificativa apresentada demonstre, com dados respeitáveis e razões relevantes, a necessidade e oportunidade de se criar o estabelecimento de ensino objeto deste plano de lei, somos de parecer contrário à sua aprovação, por motivos de ordem legal. E firmamos esta posição não apenas em relação a este, mais igualmente a outros projetos de lei que visam a criação de novos estabelecimentos de ensino, em razão do Artigo 30, da Lei n.º 4.178, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino), que diz o seguinte: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura". Ora se já existe uma lei autorizando o Poder Executivo a criar estabelecimentos de ensino tanto do nível primário, quanto do nível médio, entendemos ser totalmente desnecessário outra lei autorizatória. Além disso, se o Sistema Estadual de Ensino conferiu àquele Poder tal prerrogativa, o fez evidentemente, com o objetivo de dar à S.E.C. o direito e, mesmo o dever, de só pro. por criação de novos estabelecimentos de ensino, após a verificação prévia das condições de funcionamento consentâneas, com as normas emanadas do Conselho Estadual de Educação e com o próprio orçamento do Estado.

Em termos educacionais, entendemos que a criação de uma Escola de nível médio, deve respeitar um planejamento global emanado do órgão competente do Governo. Não nos reportamos apenas a questão de ordem financeira, mas, também, à disponibilidade de Professores habilitados, estatística de alunos na faixa etária correspondente e, inclusive, mercado de trabalho aos egressos de Escola que se pretende criar.

Longe de nós, entretanto, desejar excluir o legislador, o representante popular, o Deputado Estadual — que, teoricamente, é a pessoa que mais deve conhecer os problemas de sua região, bem como as necessidades fundamentais em todos os campos de atividade, inclusive e, sobretudo, o educacional, do processo de criação de novos estabelecimentos de ensino.

Entendemos, apenas, que o projeto de lei, não é o caminho legal e normal, para colimar tal objetivo.

Para despertar a atenção do Poder Executivo sobre as necessidades de um Município ou de uma região e, ainda, para solicitar providências ou determinadas medidas do Governo, o Regimento Interno da Casa nos indica caminhos variados, entre os quais o Requerimento e as Indicações.

Diante disso, opinamos no sentido de que o presente projeto de lei, assim como os que tratarem do mesmo assunto, ouvidos os seus autores, sejam transformados em requerimentos a serem encaminhados ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria de Educação e Cultura.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1971.

(aa.) Muggiati Filho — Presidente  
Cândido Martins de Oliveira — Relator  
Borsari Netto  
Emílio Carazzai  
Armando Queiroz  
Gilberto Carvalho  
Odilon Reinhardt  
Sebastião R. Júnior

1.a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 217-71, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio "Hugo Cabral", de Paiquerê, Município de Londrina e dá outras providências. — Parecer Contrário da C.C.J. Aprovado e parecer, e rejeitado o Projeto.

## PROJETO DE LEI N.º 217-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio "Hugo Cabral", do distrito de Paiquerê, no Município de Londrina, pertencente à Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos.

Art. 2.º — O Governo do Estado regulamentará, através de decreto, as normas para execução desta lei, assim como determinará as providências que se fizerem necessárias.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

(a) Dep. Alvaro Dias

## JUSTIFICATIVA:

Construído através da cooperação comunitária, o Ginásio "Hugo Cabral" se constitui, hoje, em realidade educacional de grande valia para um centro tal como é o distrito de Paiquerê. Nem por isso, contudo, deixa de ter uma série de dificuldades para o seu funcionamento completo. Problema de ordem financeira o assobinha constantemente. O Estado tem, constitucionalmente, o dever de dar assistência educacional ao povo. Em nosso entendimento, a estadualização do Ginásio "Hugo Cabral" é a solução encontrada. É esse, também, o pensamento dos moradores daquele progressista distrito, que esperam, neste sentido, o apoio e compreensão de nosso Legislativo e das autoridades executivas estaduais.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROJETO DE LEI N.º 217-71

Autor: — Dep. Alvaro Dias.

Súmula: — Autoriza o Poder Executivo a Estadualizar o Ginásio "Hugo Cabral" de Paiquerê, Município de Londrina.

## PARECER

Muito embora a justificativa apresentada demonstre, com dados respeitáveis e razões relevantes, a necessidade e oportunidade de se criar o estabelecimento de ensino objeto deste plano de lei, somos de parecer contrário à sua aprovação, por motivos de ordem legal. E firmamos esta posição não apenas em relação a este, mais igualmente a outros projetos de lei que visam a criação de novos estabelecimentos de ensino, em razão do Artigo 30, da Lei n.º 4.178, de 5 de dezembro de 1964 — (Sistema Estadual de Ensino), que diz o seguinte: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura". Ora, se já existe uma lei autorizando o Poder Executivo a criar estabelecimento de ensino tanto do nível primário, quanto de nível médio,

entendemos ser totalmente desnecessário outra lei autorizatória. Além disso, se o Sistema Estadual de Ensino conferiu àquele Poder tal prerrogativa, o fez evidentemente, com o objetivo de dar à S.E.C. o direito e, mesmo o dever, de só propor criação de novos estabelecimentos de ensino, após a verificação prévia das condições de funcionamento consentâneas com as normas emanadas do Conselho Estadual de Educação e com o próprio orçamento do Estado.

Em termos educacionais, entendemos que a criação de uma Escola de nível médio, deve respeitar um planejamento global emanado do órgão competente do Governo. Não nos reportamos apenas a questões de ordem financeira, mas, também, à disponibilidade de Professores habilitados, estatística de alunos na faixa etária correspondente e, inclusive, mercado de trabalho aos egressos de Escola que se pretende criar.

Longe de nós, entretanto, desejar excluir o legislador, o representante popular, o Deputado Estadual — que, teoricamente, é a pessoa que mais deve conhecer os problemas de sua região, bem como as necessidades fundamentais, em todos os campos de atividade, inclusive e, sobretudo, o educacional, do processo de criação de novos estabelecimentos de ensino. Entendemos, apenas, que o projeto de lei, não é o caminho legal e normal, para colimar tal objetivo.

Para despertar a atenção do Poder Executivo sobre as necessidades de um Município ou de uma região e, ainda, para solicitar providências ou determinadas medidas do Governo, o Regimento Interno da Casa nos indica caminhos variados, entre os quais o Requerimento e as Indicações.

Diante disso, opinamos no sentido de que o presente projeto de lei, assim como os que tratarem do mesmo assunto, ouvidos os seus autores, sejam transformados em requerimentos a serem encaminhados ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria de Educação e Cultura.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1971

(aa.) Muggiati Filho — Presidente  
Cândido M. de Oliveira — Relator  
Armando Queiroz  
Borsari Netto  
Gilberto Carvalho  
Emílio Carazzai  
Odilon Reinhardt  
Sebastião Rodrigues Júnior

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 223-71, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, fica declarado de Utilidade Pública, o Clube Cultural Social e Recreativo (JUDIMA), da cidade de Mandaguáçu. — Parecer favorável da C.C.J.. — Aprovado.

## Projeto de Lei N.º 223-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Clube Cultural, Social e Recreativo "JUDIMA" — Juventude Dinâmica Mandaguáçuense, com sede e foro na cidade de Mandaguáçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1971.

(a) Dep. Lázaro Dumont

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública, foi criada para congrega a mocidade de Mandaguáçu e tem por objetivo desenvolver atividades de caráter social, cultural e assistencial, dentro dos princípios éticos da civilização cristã, sem distinção de nacionalidade, raça, credo ou cor política.

Com essas altas e nobres finalidades, a "JUDIMA" tem prestado os mais relevantes e assinalados serviços à comunidade de Mandaguáçu, tornando-se por isso, credora do apreço e da consideração dos Poderes Públicos. Daí a razão deste Projeto, o qual, por considerá-lo justo, esperamos seja acolhido e aprovado.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### Projeto de Lei N.º 223-71

Autor: — Dep. Lázaro Dumont

Súmula: — Declara de Utilidade Pública o Clube Cultural, Social e Recreativo "JUDIMA", de Mandaguáçu, na forma e como especifica.

## PARECER

1) — O Projeto em referência vem articulado e justificado, na forma que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — O processo respectivo vem devidamente instruído, e, do exame dos documentos conclui-se: a) — a entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública está em funcionamento há mais de um (1) ano; b) — tem seu estatuto social registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas, da comarca de Mandaguáçu, sob número 11, do livro "A" n.º 1; c) — presta serviços à comunidade, de maneira desinteressada; d) — seus diretores não percebem qualquer forma ou tipo de remuneração, bem como não distribui lucros aos seus associados.

Assim, pois, preenche todos os requisitos legais a supra indicada entidade, para ser declarada de Utilidade Pública. Por outro lado, a referida iniciativa não desrespeita qualquer preceito de ordem constitucional.

Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

3) — Em face das considerações supra expendidas, opinamos pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1971

(aa.) Muggiati Filho — Presidente  
Cândido Manoel Martins de Oliveira — Relator  
Borsari Netto  
Sebastião Rodrigues Júnior  
Emílio Carazzai  
Odilon Reinhardt

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem), Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., dada a urgência e a importância do Projeto de Lei n.º 50-72, Mensagem n.º 13-72, aprovado, hoje em 3.a discussão, que V. Exa. determine providências no sentido de que a Redação Final seja aprovada sexta-feira, a fim de que chegue, o quanto antes, às mãos do Sr. Governador para receber a sanção.

O SR. PRESIDENTE — O pedido de V. Exa. é aceito pela Mesa e ela tornará providências no sentido de que sexta-feira possamos votar.



O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 28-72. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomet, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 58-72 e 60-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S. A., no sentido da instalação de uma Agência do referido estabelecimento creditício, na cidade de Sertaneja. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja promovido por esta Presidência, estudos visando a possibilidade de criação do Município de Douradina, desmembrado dos Municípios de Maria Helena e Umuarama. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que seja autorizado o funcionamento de um horário noturno para o Expresso Nordeste, efetuando suas viagens entre a cidade de Cascavel e Maringá trafegando por Cafelândia, Nova Aurora e Goioerê. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 14-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente de sessão anterior, já com sua discussão adiada, solicitando seja endereçada sugestão à Comissão de Tomada de Contas, para que o Sr. Coronel Arivonil Fernandes, Chefe da Casa Militar do Governo Haroldo Leon Peres, seja por ela convocado, para prestar esclarecimentos. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. JOÃO MANSUR — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, em que pese a admiração que temos pelo nobre Deputado Antônio Belinati, a nossa Bancada irá votar pela rejeição do requerimento.

Entendemos que seria, até de certo modo, uma desconsideração desta Casa, querendo se imiscuir em problemas que dizem respeito à Comissão de Tomada de Contas, a Comissão da qual faz parte o deputado Antônio Belinati como Suplente do Deputado Maurício Fruct. O Requerimento é no sentido de que esta Casa sugira a convocação do Chefe da Casa Militar do ex-Governador Haroldo Leon Peres.

O nobre Deputado Paulo Poli, Presidente da Comissão, já declarou que o processo será franqueado a todos os Srs. Deputados.

Se a Comissão de Tomada de Contas, se o próprio autor do Requerimento, que é Suplente do Deputado Maurício Fruct, entenderem que há necessidade da convocação daquele Oficial da Polícia terão todo o direito e amparo regimental para isto. Esta a razão porque votaremos contra o Requerimento. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados para a verificação de quorum requerida pelo Sr. deputado Antonio Belinati.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — 27 Srs. Deputados responderam a chamada. Há quorum para o prosseguimento da sessão.

Em votação o requerimento do nobre deputado Antônio Belinati. — **Rejeitado.**

O SR. PAULO POLI — (Pela Ordem).

Sr. Presidente, pedi a palavra, apenas para uma informação inerente a este Projeto.

Já tive oportunidade de informar à Casa, que está sendo enviado ao Sr. Líder da Bancada da ARENA, um ofício de nossa emissão, como Presidente da Comissão de Tomada de Contas, colocando este processo à disposição de todos os Srs. Deputados, desde que o processo claro — não saia da Comissão, a não ser através dos seus membros devidamente credenciados.

Este ofício, naturalmente, será recebido por Sua Excelência, o Sr. Líder, e ele fará essa designação de trabalho.

Também, a título de informação — quanto ao nobre Deputado Antônio Belinati — quero deixar bem claro que eu o considero como membro nato da Comissão, não há absolutamente cerceamento de nossa parte, de forma alguma, principalmente ao Deputado Antônio Belinati que, como dissemos, é membro nato da Comissão.

Queria fazer este registro, apenas para que não pairessem dúvidas quanto à nossa atuação frente àquela Comissão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 135-71 e 175-71;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 107-71, 198-71 e 223-71;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 74-70, 92-70, 235-71, 28-72 e de Resolução n.º 14-72.

Levanta-se a Sessão.

#### ATA DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### 7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 7a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de maio, do ano de hum mil, novecentos e setenta e dois, às quinze horas, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz e presentes os Senhores Deputados Paulo Camargo, Santos Lima, Cândido Manoel Martins de Oliveira, Muggiati Filho, Erondy Silvério e Igo Losso. Foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 36-72, de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella. Declara de utilidade pública o Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora Aparecida, da cidade de União da Vitória. Relator Deputado Santos Lima. Parecer favorável. **Aprovado.** 2) — PROJETO DE LEI N.º 46-72, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Krüger. Proíbe a saída de toda e qualquer espécie de madeiras em toras do Estado. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer contrário. **Aprovado.** 3) — PROJETO DE LEI N.º 47-72, de autoria do Senhor Deputado Ovidio Franzoni. Denomina Ginásio Estadual Professor Pedro Focchio, o atual Ginásio Estadual de São Tomé. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: fa-

vorável. **Aprovado.** 4) — PROJETO DE LEI N.º 55-72, de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Associação Paranaense de Ensino, desta Capital. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. **Aprovado.** 5) — PROJETO DE LEI N.º 162-71, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Krüger. Autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Agricultura, criar uma Escola no Município de Laranjeiras do Sul, e dá outras providências. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. **Aprovado.** 6) — PROJETO DE LEI N.º 199-71, de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruct. Cria um Ginásio Estadual na sede do Município de Piên. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. 7) — PROJETO DE LEI N.º 261-A/70, de autoria do Poder Executivo. Mensagens n.ºs 31-70 e 35-70, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Militar do Estado. Requer seja convertido em diligência junto ao Poder Executivo. Deferido. 8) — PROPOSIÇÃO N.º 92-72, de autoria da Fundação Teatro Guaíra. Ofício n.º 79-72, encaminhando relatório de suas atividades durante o exercício de 1971 e acompanhado dos balanços da Fundação. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer pelo arquivamento. **Aprovado.** 9) — PROPOSIÇÃO N.º 100-72, de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva. Ofício encaminhando expediente da Prefeitura Municipal de Jataizinho, no qual é solicitado a retificação de divisas entre os Municípios de Jataizinho e Assaí. Relator: Deputado Paulo Camargo. Requer seja convertido em diligência junto à Câmara e Prefeitura Municipais de Assaí. Deferido. 10) — PROPOSIÇÃO N.º 104-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 9-72, encaminhando cópia autêntica do Acordo n.º 21-71, celebrado em 13-10-71, entre o Estado e a Sudesul, destinado à dinamizar o Fundo de Águas e Esgoto do Paraná. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. **Aprovado.** 11) — PROPOSIÇÃO N.º 112-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 19-72, encaminhando cópia de convênio celebrado entre a Secretaria de Agricultura e a Prefeitura Municipal de Planalto, objetivando instalar um Posto Rural de revenda de produtos agropecuários, no referido Município. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável, com respectivo Projeto de Resolução. **Aprovado.** 12) — PROPOSIÇÃO N.º 113-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 20-72, encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado entre o DER e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando serviços de construção e conservação das vias de acesso a esta Capital. Relator Deputado Cândido Manoel. Parecer favorável com o Projeto de Resolução. **Aprovado.** 13) — PROPOSIÇÃO N.º 99-71, de autoria dos Moradores do Distrito de Lunardelli, Município de São João do Ivaí, objetivando a elevação do Distrito à categoria de Município. Relator Deputado Cândido Manoel. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor. Deferido. 14) — PROPOSIÇÃO N.º 71-70, de autoria da Câmara Municipal de Sertãozinho. Expediente solicitando intercessão dos Senhores Deputados junto ao Governador do Estado, no sentido de serem nomeadas professoras do ensino médio. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer pelo arquivamento. **Aprovado.** Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às Proposições n.ºs 114-72 e 115-72, todos concluindo os vetos estão em condições de ser apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada por todos os membros desta Comissão, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretário da Comissão.

aa) ARMANDO QUEIROZ — Presidente

RITA CELESTINO SOARES — Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 8a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do sr. dep. Cândido M.M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o sr. dep. Álvaro Dias apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 221-70 — autor sr. dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Vila Nova do Pinhão. PROJETO DE LEI N.º 256-70 — autor sr. dep. Wilson Fortes, que cria uma Escola Comercial em Itaipua do Sul. PROJETO DE LEI N.º 273-70 — autor sr. dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Perobal, Distrito de Umuarama. PROJETO DE LEI N.º 275-70 — autor sr. dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Jardim Iguaçu, para funcionar a partir do próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N.º 288-70 — autor sr. dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio João XXIII, de Santa Terezinha, Muri, de Foz do Iguaçu. PROJETO DE LEI N.º 91-71 — autor sr. dep. Acyr José, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Bairro do Pinheirinho, nesta Capital, para funcionar anexo ao Grupo Escolar Prof. João Loyola. PROJETO DE LEI N.º 25-72 — autor sr. dep. Xenofonte Villanueva, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Rolândia. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 2-72 — autor Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 101-71 — que aprova convênio assinado em 19-11-69, entre o Governador do Estado e Prefeitos dos Municípios que especifica, para implantação da área Metropolitana de Curitiba. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 4-72 — autor Comissão de Constituição e Justiça, Ex-Proposição n.º 102-71, ratifica o Termo Aditivo ao convênio celebrado em 18-8-68, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — e o Departamento de Águas e Energia Elétrica, para execução de obras de eletrificação rural no Paraná. **APROVADA.** Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, e por Mim para que produza os efeitos legais.

aa) CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR — Secretário

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 221-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Vila Nova do Pinhão, um Ginásio Estadual.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-5-72

aa) CÂNDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

ÁLVARO DIAS e GABRIEL MANOEL — Relatores



REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 253-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Escola Comercial em Itaúna do Sul, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

ALVARO DIAS e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 273-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Perobal, Distrito do Município de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

ALVARO DIAS e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 275-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Jardim Iguaçu, Município de Paranavai, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

ALVARO DIAS e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 288-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio João XXIII, de Santa Teresinha, no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

ALVARO DIAS e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 91-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Bairro do Pinheirinho, nesta Capital, para funcionar anexo ao Grupo Escolar Professor João Loyola.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta lei, correrão à conta da verba orçamentária própria.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

ALVARO DIAS e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 25-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

ALVARO DIAS e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 2-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio para implantação da Área Metropolitana de Curitiba, assinado em 19 de novembro de 1.969, pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos dos Municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Os Municípios da região, ao realizarem obras e serviços que tenham forçosamente reflexos e implicações sobre outros Municípios deverão submeter os projetos ao Conselho Metropolitano a que o convênio se refere.

Art. 3.º — As obras e serviços do Estado do Paraná, a serem implantados na Área Metropolitana, pelos seus órgãos e entidades, deverão ser realizados coordenadamente com as diretivas do Conselho Metropolitano, adequadas ao planejamento regional e municipal respectivo.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

ALVARO DIAS e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 4-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica ratificado o Termo Aditivo firmado em 1.º de outubro de 1.971, ao convênio celebrado em 10 de agosto de 1.968, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — e o Departamento de Águas e Energia Elétrica, para execução de obras de eletrificação rural no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

ALVARO DIAS e GABRIEL MANOEL — Relatores